

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO

DE VILA MARIA - RS



Ata 046/2018

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito às vinte horas, reuniramse na Câmara Municipal de Vereadores, em sua sede na Rua Getúlio Vargas, número 636, em Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul, a presidente Rubia Janaína Dos Santos, e os vereadores Gilnei Viero, Roberto Colet Pizzi, Pedro Augusto Stail, Cátia Férri, Carine Tomasi Arboit, Junior longo, Claudimar Tomasi e Jonatas Sciota Dala Cort, para a sessão ordinária. Após a execução do Hino Municipal o secretário fez a leitura da Ata 45/2018, que foi aprovada. Junto aos ofícios e correspondências o Requerimento da vereadora Carine solicitando que fosse incluído à pauta 46/2018 a Indicação 009/2018. A presidente colocou em discussão e votação o requerimento, que foi aprovado por todos sem nenhuma manifestação. A presidente solicitou que fosse substituída a Pauta e após a substituição o secretário fez a leitura da Pauta 46/2018. Colocado em discussão e votação a nova Pauta 46/2018, ninguém se manifestou e a mesma foi aprovada por todos os vereadores. No pequeno expediente o Vereador Pedro se manifestou sobre o transporte escolar. O vereador disse que há algum tempo já vem pensando de forma diferente sobre o transporte escolar. O vereador acredita que o transporte gratuito para os alunos se deslocarem a outras cidades e até mesmo dentro do município não está certo. Lembrou que quando ele fez o 2º Grau em Marau ele teve que arcar com os custos. Hoje o transporte é gratuito e mesmo assim as pessoas acham que não está bom. Primeiro: o vereador solicitou que o Líder de Governo traga a lei do transporte. Segundo: o vereador quer saber qual é a opinião dos colegas vereadores a respeito do transporte. A ideia do Vereador Pedro é alterar a lei que foi aprovada em outras épocas, de forma que o transporte no período dos exames não seja oferecido, isso vai obrigar o aluno a se esforçar mais, faltar menos aula para não pegar exame, o pai deste aluno também vai cobrar mais do filho, pois ele terá que levar o filho para fazer o exame e a recuperação. O vereador sabe de alguns casos isolados, que o município vai ter que deslocar o transporte por um aluno, isso tanto para fora do município como aqui na rede de ensino municipal. Solicitou também para que a assessora jurídica analise a solicitação de alterar a lei. O vereador Pedro comentou que se o aluno tivesse que se responsabilizar com o transporte nestes casos evitaria muitos transtornou para a secretária da educação que precisa ficar se preocupando em conseguir motorista para um aluno aqui e outro ali, nesta época que o ônibus não faz mais o transporte, e daí tem que deslocar carros. Encerrou dizendo que vamos entrar o ano com mais firmeza seguindo o nosso novo presidente Bolsonaro. A presidente Rúbia disse que concorda com as palavras do vereador Pedro e deu sequência a sessão solicitando a leitura dos Pareceres e Projetos em segunda discussão: os Projetos de Lei 087/2018 e 088/2018. Ninguém se manifestou a respeito, os Pareceres e Projetos foram aprovados por todos os vereadores. Em primeira discussão os Projetos de Lei 089/2018 e 090/2018, Projeto de Lei do Legislativo 004/2018, Pedido de Providência 003/2018 e a Indicação 009/2018, ninguém se manifestou a respeito e as proposições ficaram baixados para que as comissões emitam o parecer. No espaço para explicações pessoais a vereadora Carine





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILA MARIA - RS.



se manifestou favorável ao comentário do vereador Pedro. A vereadora acredita que para o transporte universitário é possível mudar a lei, comentou também que na época que foi aprovada a lei para este transporte houve muitas discussões na Câmara, pois os vereadores entendiam que se a prefeitura realizasse a licitação o valor seria maior, pois como todos sabem existe sempre um valor mais elevado quando se trata de órgão público e também existe sempre um pouco de politica. A vereadora não acredita que o aluno vai se esforçar mais para não ficar em exame, mas para o município o custo será reduzido com certeza se o transporte compreender apenas o período de aulas normais. E falando em gastos o município tem um custo elevado com o transporte, são 30 mil por mês e se gasta de um lado falta de outro, a gente tem histórias de discussão e brigas por causa de um tubo de cola, falta material básico no ensino fundamental e o dinheiro talvez seja usado para um outro grupo de alunos que não é obrigação da prefeitura. Houve outras épocas que o município ajuda com 75% do custo do transporte, a vereadora também já usou deste recurso bem como o crédito educativo. A vereadora acredita que o município tenha que ver bem isso não pode faltar material básico nas escolas quando dispõe de mais de R\$ 30.000 por mês para o transporte universitário que não é sua obrigação. Quanto ao transporte para o ensino fundamental e infantil este é obrigação do município e deve ser até o final do ano letivo. O vereador Junior também se manifestou comentando o projeto de lei 88, na justificativa do projeto fala do contrato emergencial, pois não há mais concursos publico em vigor, salientou que são 21 vagas, é um número expressivo. Também pediu ao líder de governo para que solicite ao líder de governo que reivindique junto ao executivo que haja divulgação destas contratações e que sejam livres de politicagem. Sobre o Pedido de providência, ele solicitou aos colegas vereadores que na próxima sessão busquem informações, que se for produtivo que seja convidado a população para debatermos juntos e encontrarmos uma solução para este problema. O vereador Pedro fez uso da palavra, disse que se não pudermos fazer nada no transporte municipal pelo menos no universitário podemos melhorar. Quanto às colocações da vereadora Carine, o vereador acha um absurdo a falta de material, o problema é a burocracia para adquirir o material. O vereador relatou um caso que ocorreu com ele quando precisava de um extintor e a burocracia era tanta que ele comprou com o próprio dinheiro. Quanto ao pedido do vereador Junior, o vereador Pedro acha interessante falar com o secretário de Saúde para esclarecer, pois existem muitos comentários que passam de um para o outro, e devemos ver realmente oque ocorreu. São comentários que comprometem a imagem de Vila Maria. Voltando ao comentário de ser mais rígido, no próximo ano, vamos buscar resolver também este pedido de providência, e quem sabe a presidente chame o prefeito para a próxima sessão esclarecer estes fatos. Sobre os contratos emergenciais existem muitas desistências, o vereador tem conhecimento de 15 pessoas que já abriram mão destas vagas, é que ocorre de uma pessoa se escrever pra mais de uma vaga. O vereador tem certeza que neste caso não tem cunho político. O vereador Claudimar disse que o serviço do secretário é cuidar estar vigiando oque acontece dentro da sua secretaria. Quanto ao transporte o Vereador Claudimar acredita que está alteração na lei dos transportes não deve partir da Câmara, assim evita que os vereadores queimem seu filme. A vereadora





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILA MARIA - RS.

Cátia fez algumas observações: transporte escolar, é obrigação do município; este recebe uma verba e também recebeu os veículos, então transporte na rede municipal é obrigatório e tem que ser até o final do ano letivo; quanto ao transporte universitário este não é obrigatoriedade do município e a vereadora também acha conveniente que seja feito alterações, pois realmente nesta época existem dias que o transporte se desloca por apenas 1 aluno. Sobre o projeto de Lei 088, é de conhecimento dos vereadores, pois o projeto do processo seletivo foi aprovado por nós, no concurso que estava em vigor tinha uma atendente de creche que foi aprovada, porém está era de menor e não assumiu. Também passou aqui pela Câmara a previsão de concurso público para 2019, projeto que foi aprovado por todos. Quanto ao Pedido de Providência do colega Junior, parabenizou pelo pedido, e sugeriu que se chamem representantes do executivo, prefeito ou vice, secretário de saúde, profissional médico e a empresa que presta serviço nos atendimentos, para que o profissional que tem conhecimento no código de ética, fale oque pode e oque não pode, pois isso não cabe aos vereadores e nem ao prefeito dizer oque é certo ou errado. Cobrar o atendimento é uma questão de bom senso, existe um contrato assinado à poucos dias de sobre aviso onde consta de 15 a 20 minutos para que o profissional médico venha fazer o atendimento. A vereadora sugeriu novamente que a presidente convoque o prefeito, secretário e profissional médico para que venham esclarecer as dúvidas que existem. O vereador Pedro, se manifestou no espaço de líder de bancada, disse que não tem medo das críticas, ele levantou a questão e ele vai até o fim, ele está aqui pra encarrar de frente, entra com o pedido e depois os outros vereadores que votem. O vereador não tem medo de quem a mudança na lei do transporte vai atingir, seja um ou outro tem que ser feito alguma coisa, se os demais não querem ir junto ele vai sozinho, e pensa que não é puxar a terra contra o pé bem pelo contrário ele vai se destacar com essa alteração na lei. Quanto ao concurso público, o vereador Pedro é totalmente contrário, ele já trabalhou na prefeitura e sabe como é trabalhar com concursado, é melhor ter 3 sem concurso do que 10 concursados, com os concursados a gente só se incomoda. Ele disse que pode ser que esteja errado com alguns concursados, mas lá no setor de obras a gente só se incomoda com os concursados. Prefeitura tem que trabalhar como uma firma, se não tá bom manda embora. Contou que passou pela praça um dia desses e tinha um pessoal sentado. Estes foram reclamar, pois o vereador estava cuidando eles, e de proposito ficavam mais tempo sentados. Sobre chamar alguém pra explicar dos atendimentos no hospital, a gente tem que se preparar para fazer as perguntas, para que não se repita oque aconteceu com a reunião da segurança, que Vila Maria é uma maravilha, que o delegado é o melhor, sem desfazer o valor do cara, mas parecia que tudo era uma maravilha e ninguém falou nada. Espaço de liderança para a vereadora Cátia, A vereadora Cátia, como funcionária pública, falou que é concursada a mais de 10 anos, a vereadora Carine também é concursada, sobre concurso este é obrigatório, quando ela falou do concurso disse que existe uma previsão para 2019, ser contrário ou não é uma escolha de cada um. Existem concursados que trabalham desenvolvendo suas tarefas outros infelizmente não são assim, mas é da essência de cada um. Falando em estar preparados para questionar as pessoas que virão aqui, é claro que precisamos tirar nossas dúvidas, até

or ACP B.

D 70000

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILA MARIA - RS.

porque se existe um pedido de providência o vereador que o fez deve ter sido procurado por pacientes que o cobrou sobre o assunto. Voltou a pedir que a presidente convoque os responsáveis para virem até a Câmara. A presidente informou que convidará sim o prefeito e o secretário e a empresa que presta atendimento para que quarta, dia 26 que será a última sessão do ano, para uma conversa antes da sessão ordinária com os Vereadores, Prefeito e Secretário de Saúde. Espaço de liderança para o vereador Junior. O vereador questionou a colocação do vereador Pedro que na prefeitura o trabalho deveria ser como numa empresa particular, neste caso, eu trabalhador assalariado também gostaria de trabalhar em turno único fazer menos horas e receber a mesma coisa. No ano passado o vereador Junior fez uma enquete sobre o turno único e a maioria das pessoas que se manifestaram foram contrárias, o vereador gostaria que o turno único fosse feito através de lei e que os vereadores pudessem votar. Exemplificou que para o pessoal do interior o melhor horário para vir para cidade é na parte da tarde. Só poderíamos deixar com horário diferenciado o pessoal das obras, que neste caso existe uma justificativa. A vereadora Carine se manifestou sobre o comentário de organização quando ocorre falta de material, oque se escuta dos diversos chefes que existem, pois há muito mais chefes do que índios, é que não tem dinheiro, é sempre a mesma frase, então diminuir os cargos de confiança que são muitos e cuidar os atestados médicos, tem gente de atestado e tem salão de beleza na beira do praia, e ninguém faz nada. A vereadora usou o seu exemplo que quando tirou 15 dias após a licença maternidade, este atestado foi contestado, então porque tem gente com mais de 6 anos de atestado e ninguém faz nada, tem outros que trabalham escondido e recebem mais de 3 mil por mês. Estes valores estão indo pelo ralo e fazem a diferença no final do ano ou no final de 4 anos. Está na hora de deixar de lado se a pessoa veio de longe pra votar, se é deste ou daquele partido e pensar em não deixar faltar as coisas necessárias nas escolas. Tem que chamar peritos pra ver esses atestados porque é uma vergonha meses em alguns casos anos sempre de atestado, então que se aposente por que 6 anos de atestado. Quanto ao pedido do vereador Junior, está na hora sim de falarmos abertamente com os responsáveis. As antigas administrações foram muito criticadas pela saúde pública no município, existiam vereadores que gritavam cobrando que as saúde precisava mudar, então está na hora de corrigir os erros. A pessoa recebe pelos seus serviços então tem que estar disponível, se tem uma empresa quando não tem um médico que venha outro da equipe. Falar do concurso seja a favor ou contra é obrigatório, já foi aprovado aqui alguns contratos emergências e se o prefeito não fizer o concurso poderá ser apontado. Ninguém mais se manifestou a presidente convocou os vereadores para a próxima sessão na quarta-feira dia 26 de dezembro às 20 horas, na Câmara de Vereadores, Rua Getúlio Vargas, 636, e encerrou a sessão da qual se lavrou esta ata que lida e achada conforme vai assinada pela Secretária Legislativa, pela Presidente e Secretário da mesa diretora.

Dinorá S. Dol mogro Dinorá S. Dalmagro Secretária Legislativa

Rubia Janaína Dos Santos Presidente **Aprovado (3)** Roberto Colet Pizzi Secretário

por(8) A (0) votos

DATE 26 1 12 1 18